

## Usuários da SJBA já podem trocar senhas de acesso aos sistemas corporativos



Conforme noticiado anteriormente no JFH, a partir de hoje e até o dia 6 de agosto de 2021, magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários da Seção Judiciária da Bahia deverão alterar as senhas de acesso aos sistemas corporativos.

Cada usuário deverá efetuar a troca das senhas de acesso à rede (acesso ao computador, Office 365, SEI, e-SosTI etc.) e, também, a senha de acesso aos sistemas Oracle (Contracheque, Juris, Precatório, SARH etc.). As duas senhas necessitam ser diferentes, inclusive seus critérios para

criação são distintos, e o tempo de vida das senhas será de 6 meses.

A atualização da senha de maneira remota (teletrabalho) só estará disponível para usuários com acesso à VPN. Os demais deverão comparecer presencialmente à seccional em que trabalham.

Tutoriais – Para facilitar o processo de troca de senhas, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) preparou dois tutoriais destinados aos usuários da JF1.

Não deixe de conferir o passo a passo para troca das senhas de acesso à rede (computador, Office 365, SEI, e-SosTI etc.) e também os critérios para criação das novas senhas, acessando o link: <https://bit.ly/3xa7RyQ>

Vale ressaltar que a Portaria Presi 10918140, de 21 de agosto de 2020, regulamentada, no âmbito da JF da 1ª Região, a Política de Controle de Acesso Lógico.

## Amanhã acontece XIV Fórum da Esmaf com o tema “Questões Relevantes da Reforma Tributária no Contexto da Pandemia”

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) realiza amanhã, dia 22, às 9h, com transmissão ao vivo pelo [canal da Esmaf no YouTube](#), o XIV Fórum Jurídico com o tema: “Questões Relevantes da Reforma Tributária no Contexto da Pandemia”.

O evento tem a coordenação e mediação do juiz federal da 27ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMG), Eduardo Moraes da Rocha. O magistrado, também, abordará o tema “Princípios da capacidade contributiva e da proibição do confisco das pessoas físicas e jurídicas no contexto socioeconômico da crise provocada pela pandemia da Covid-19, visando o desenvolvimento sustentável de uma sociedade justa e solidária no Projeto de Reforma Fiscal-Tributária da República Federativa do Brasil”.

O XIV Fórum Jurídico contará, ainda, com os seguintes palestrantes:

- O desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) Hercules Fajoses, que apresenta o tema “Reforma, arrecadação e distribuição: uma visão tridimensional”.

- O desembargador federal do TRF1, Marcos Augusto de Souza, que abordará

a “Reforma Tributária: perspectivas durante a pandemia”.

- Em seguida será a vez de Luciana Marques Vieira da Silva Oliveira, com o tema: “PIX, a circulação de riqueza e o Fisco: uma proposta de novo design da tributação sobre o consumo”. Debatendo o mesmo tema, apresenta-se a perita contábil Sandra Maria Batista.

- Logo após, o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, apresenta “Reforma tributária na perspectiva brasileira”.

- Por fim, a advogada Sarah Linhares de Araújo Paes de Souza aborda o tema “Reflexões sobre o federalismo fiscal”.

A Coordenação-Geral da Esmaf é do diretor, desembargador federal Souza Prudente, e do vice-diretor, desembargador federal Wilson Alves de Souza. A Coordenação Pedagógica é do juiz federal Pedro Felipe de Oliveira Santos.

Não é necessário se inscrever previamente para o evento e o link para emissão de certificado será enviado durante a transmissão.

Para mais informações entre em contato pelo e-mail: [esmaf@trf1.jus.br](mailto:esmaf@trf1.jus.br).

**Amanhã: Hoje:** Maria Leonice Carvalho Amado (12ª Vara), Daniela de Oliveira (Feira de Santana), Isabela Oliveira do Nascimento (Nucju), Julia Ribeiro Pereira (Feira de Santana) e Robert Luan Santos Souza (Feira de Santana). **Amanhã:** Renato Neves Leite Junior (Itabuna), Fabricio Melo dos Santos (Barreiras) e Leticia Nunes Lopes dos Santos (Itabuna). **Parabéns!!!**

## CNJ promove dia 23/6 o evento “Mães em Luta por Justiça: a Resolução CNJ n. 253/18 e o Papel do Poder Judiciário”

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove na quarta-feira do dia 23 de junho, a partir das 10h, o evento “Mães em Luta por Justiça: a Resolução CNJ n. 253/2018 e o Papel do Poder Judiciário”, com transmissão por videoconferência.

O objetivo é debater a recente alteração da Resolução CNJ nº 253/2018, que estabeleceu a criação dos Centros Especializados de Atenção às Vítimas e abordar, sob a perspectiva de movimentos de mães de desaparecidos e vítimas de violência, a correlação do tema com o plano de atenção às vítimas de que trata a Resolução em questão.

A organização dos painéis atende aos eixos centrais indicados na Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e Abuso de Poder adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a saber: vítimas da criminalidade dita comum e daquela praticada por agentes estatais com abuso de poder.

**Mães em Luta por Justiça: a Resolução CNJ n. 253/18 e o Papel do Poder Judiciário**

O evento é uma proposta da juíza federal da 5ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Adriana Alves dos Santos Cruz, e conta com apoio da Comissão Permanente de Prevenção às Vítimas de Violência, Testemunhas e Vulneráveis do CNJ, sob Presidência da Conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, ambas integrantes do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.

As inscrições deverão ser realizadas até o dia 22/6, por meio do link: <https://bit.ly/3gCv3iA>

## Transforme em Ação

6 AGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



O que você vai começar a fazer – hoje – pelo futuro da água no único planeta que temos?  
3 CHAMADAS DE AÇÃO

**DESLIGAR** - acabar com a negação sobre a crise global de água; desligar a torneira e acabar com o desperdício; acabar com a poluição e destruição das bacias hidrográficas; combater as bactérias que adoecem as crianças; acabar com a necessidade de buscar água e transformá-la em caminho para a educação.

**LIGAR** - criar soluções, ter ideias, criar inovações, realizar investimentos em infraestrutura, saneamento, na gestão e resiliência dos ecossistemas; incentivar a tomada de decisões políticas sobre como entendemos, valorizamos e administramos a água.

**INTENSIFICAR** - a urgência, aumentar o volume do debate público sobre a água, a cobrança para que as promessas sobre a água sejam cumpridas, as críticas para pressionar aqueles que usam a água de forma inadequada, aumentar os investimentos para fornecer acesso universal à água; dar mais importância para a água.

Fonte: ONU - mundo enfrenta uma crise de água e precisa reagir  
Veja o vídeo - [https://www.youtube.com/watch?v=1RLhXg\\_7bKw&t=236s](https://www.youtube.com/watch?v=1RLhXg_7bKw&t=236s)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU são integrados e indivisíveis. Esta matéria está principalmente associada aos ODS 1, 2, 3, 4, 6 e 13.